



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo
DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Por Fax: 296 912 806
a/c Dra. Sara Alves

Exmos. Senhores
Saiprossem- Produção Animal
Estrada do Silvestre, s/n - Cabouco
9560-301 LAGOA

Sua referência:

Sua comunicação de:

Nossa referência:

Data:

SAI-DRA/2017/1582

Proc. 118.4.1/9

118.2.1/55

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL (AIA) E LICENCIAMENTO AMBIENTAL (LA) DA AMPLIAÇÃO DA SAIPROSSEM - PRODUÇÃO ANIMAL - ENVIO DO PARECER DE APECIAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO - PEDIDO DE ELEMENTOS

Cumpre-me remeter a V. Exa, na qualidade de proponente do projeto, cópia do parecer de apreciação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e pedido licenciamento ambiental ao empreendimento em título, elaborado pela Comissão de Avaliação de acordo com os n.ºs 3 e 4 do Artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e informar que dispõe de um prazo máximo de **35 dias úteis** a contar do dia seguinte à receção do presente ofício, para corrigir ou completar o pedido sob pena de indeferimento liminar, suspendendo-se o período de contagem de tempo nos procedimentos a partir da data de emissão deste ofício, sendo retomada a apreciação da conformidade com a entrega nesta Autoridade (Direção Regional do Ambiente com sede na Ilha do Faial) dos elementos solicitados no parecer em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Pel' A Comissão de Avaliação

Elisabete Sousa Rego

(Presidente da CA)

Anexo: o mencionado

APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO PROJECTO DE AMPLIAÇÃO DA SAIPROSSEM – PRODUÇÃO ANIMAL

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e o pedido de licença ambiental (constituído pelo formulário de licenciamento ambiental e respetivos anexos) referidos em título deram entrada na Direção Regional do Ambiente (DRA), Autoridade Ambiental, no dia 10 de abril de 2017. Na sequência desta receção e em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, foi constituída a respetiva Comissão de Avaliação (CA), formada pelos seguintes elementos:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), representada por Elisabete Sousa Rego, que preside à CA e por Sónia Bettencourt, responsável pela consulta pública e que substitui a primeira nas suas faltas e impedimentos;
- Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT), representada por Graça Ponte;
- Direção Regional da Agricultura (DRAg), representada por Ana Silva.

Face a já se conhecer a exploração pecuária e na impossibilidade de a CA se reunir fisicamente, o presente parecer foi elaborado com recurso ao uso das tecnologias informáticas, nomeadamente do correio eletrónico e em conformidade do pedido de renovação da licença ambiental com o exposto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

2. ANTECEDENTES DO PROCESSO

A instalação pecuária em causa foi sujeita a licenciamento ambiental entre 2007 e 2009 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de agosto – Diploma PCIP (revogado pelo Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto), tendo o pedido dado entrada na Direção Regional do Ambiente (DRA) a 6/11/2007 (ENT-DRA/2007/6286).

Face à necessidade de algumas correções e envio de dados em falta foram solicitados elementos a 20/11/2007 (SAI-DRA/2007/4297), tendo o prazo de análise ficado suspenso até à entrega destes, a qual ocorreu a 12/01/2009 (ENT-DRA/2009/106 de 9/01), tendo sido declarado conforme com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Seguidamente prosseguiu para publicitação e consulta pública, onde se solicitaram mais alguns dados (SAI-DRA/2009/149 de 16/01), os quais foram entregues em duas etapas, a 9 de março (ENT-DRA/2009/856) e 27 de março (ENT-DRA/2009/1380).

O procedimento seguiu nos trâmites habituais e a licença ambiental foi emitida a 6/05/2009, com uma validade de 7 anos, para uma capacidade instalada de 63 549 aves (SAI-DRA/2009/976).

Em 2010, com a publicação do Decreto-Lei n.º 79/2010, de 25 de junho que estabelece as regras mínimas para a proteção de frangos de carne, ficaram definidos os valores de densidade animal a serem cumpridos, consistindo em 33 kg/m² o valor de densidade máxima, a qual poderia ser aumentada para 39 kg/m² mediante autorização da entidade veterinária nos casos em que o detentor cumprisse com os requisitos enunciados nos anexos II e II, e 42 kg/m², caso o detentor cumprisse com os requisitos previstos no anexo IV do referido diploma. Nesse seguimento e face a ter sido detetada a existência de algumas divergências nos valores das capacidades dos pavilhões foi solicitado à DRAg a atualização dos dados de capacidade instalada da Saiprossem, a qual passou a ser de 89 989 aves.

Em abril de 2014, a Saiprossem informou a Autoridade Ambiental da aquisição de alguns pavilhões avícolas de grandes dimensões, cujo aumento correspondia a um valor superior a 40 000 aves (limiar constante do anexo III do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro), tendo sido informada pela DRAg que essa situação determinava numa alteração substancial¹, com a necessidade de ser

¹ Uma alteração substancial corresponde a “qualquer modificação ou ampliação de um projeto ou instalação que seja suscetível de produzir efeitos nocivos nas pessoas ou no ambiente, ou cuja alteração ou ampliação, em si mesma, corresponda aos limiares, atividades ou estabelecimentos que constam dos anexos I, II, III, IV ou V do diploma, ou quando o projeto não tenha sido sujeito ao procedimento de Avaliação do Impacte Ambiental e Licenciamento Ambiental, venha a corresponder, cumulativamente com o já existente (...)” (alínea e) do art.º 2º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

desencadeado o pedido de licença ambiental, o qual deveria vir acompanhado de um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) de modo a dar cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1º do art.º 16º do referido diploma. A documentação em causa não foi entregue nesse ano, nem no seguinte, pelo que em duas ocasiões a Autoridade Ambiental questionou o ponto de situação ao operador, não se tendo obtido resposta.

Face ao exposto, no início de 2016 o operador foi novamente contactado pela Autoridade Ambiental e questionado quanto ao ponto de situação, tendo-se inclusivamente efetuado visita à exploração, culminando no início dos trabalhos para preparação do EIA e pedido de licenciamento ambiental.

3. APRECIÇÃO GERAL

No seguimento de ter ocorrido uma alteração substancial, a documentação enviada consistiu no EIA e pedido de licenciamento ambiental, verificando-se a existência de dois procedimentos distintos a decorrerem em simultâneo, com a mesma Comissão de Avaliação (CA).

No Relatório técnico do EIA é indicado que este foi realizado entre abril e dezembro de 2016, e no pedido de licenciamento ambiental é indicado que o ano de reporte de dados é 2015.

O EIA e o pedido de licenciamento ambiental, nas suas estruturas obedecem, de modo genérico, às normas técnicas previstas na legislação que regula o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Licenciamento Ambiental (LA), incluindo a maioria dos documentos obrigatórios e os anexos que o proponente considerou necessários.

É de salientar que a referência à marca da exploração nos vários documentos está incorreta, pelo que onde se lê “PT9B05F” deverá ler-se “PT9B01F”.

No presente parecer, a CA pronuncia-se sobre os capítulos e na ordem que são apresentados em ambos os documentos (EIA e LA), na ausência de comentários significa que não se tem nada a opor ao apresentado em termos de conformidade do documento.

4. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS

4.1 – Estudo de Impacte Ambiental - EIA

Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, o EIA deve ser acompanhado do respetivo estudo prévio ou anteprojecto ou, se a estes não houver lugar, do projecto sujeito a licenciamento. Tendo em conta que o projecto de ampliação da Saiprossem encontra-se em fase de projecto de execução, deveria ter sido apresentado o projecto sujeito a licenciamento, deste modo a CA solicita o envio do referido projecto.

4.1.1 – Relatório Técnico

De acordo com o art.º 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, 15 de novembro, a avaliação do impacte ambiental deve ser um instrumento de carácter preventivo da política do ambiente, sustentado na análise de possíveis alternativas, contudo, o EIA apresentado é totalmente omissivo quanto a tais alternativas em relação às actividades inerentes à execução e operação do projecto. Face ao exposto a CA considera que o EIA deverá apresentar tais alternativas, as quais permitam potenciar os impactos positivos e minimizar os negativos, como por exemplo:

- a) Alternativas de localização, dimensão e desenho;
- b) Alternativas de tecnologia, processuais e funcionais;
- c) Alternativas de gestão de inputs (energia, alimentação animal, água, etc.) e respetivos outputs (estrume, águas residuais, animais mortos na exploração, resíduos, etc.).

Parte 5 – Descrição da instalação e da exploração

No **ponto 5.5.1** relativo às emissões gasosas é indicado que a exploração deixou de recorrer ao aquecimento dos pavilhões por queimadores de biomassa (estilha), situação que foi reforçada na medida mitigadora n.º 14 (ponto 8), onde é indicado que pretendem manter inativo o equipamento de queima de biomassa. Face ao exposto, solicitam-se esclarecimentos quanto ao motivo de manterem tal equipamento na exploração, quando pretendem mantê-lo inativo.

No **ponto 5.5.2** relativo aos efluentes líquidos são indicadas águas residuais produzidas no edifício da incubadora, as quais não estão identificadas no formulário de licenciamento ambiental, pelo que se solicitam esclarecimentos. É de salientar que o EIA deverá estar em consonância com o indicado no licenciamento ambiental, pelo que deverão ser tidas em conta as observações efetuadas mais à

frente no presente parecer da CA, nos pontos A8 – Informação para Emissão de Título de Utilização de Recursos Hídricos.

No **ponto 5.5.3** relativo aos subprodutos e resíduos é indicado que ao nível dos resíduos, com uma quantidade mais expressiva, estão os tecidos animais, cujo código LER é 02 02 02, contudo foi incorretamente identificada, uma vez que corresponde a subprodutos e não a resíduos, possuindo enquadramentos e procedimentos operacionais distintos.

No que respeita aos resíduos perigosos, apenas são identificadas as lâmpadas fluorescentes, pelo que se verifica estar em falta a identificação dos outros resíduos potencialmente perigosos, nomeadamente produtos farmacêuticos (que não sejam vacinas), pelo que deverão ser adicionados. É ainda de salientar para a gestão dos produtos perigosos e respetivos resíduos, deverão ser seguidas as diretrizes da Valormed – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos, Lda. enquanto entidade nacional licenciada para a gestão do sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens e medicamentos, incluindo os resíduos de embalagens de medicamentos veterinários e produtos de uso veterinário, usados em explorações pecuárias (www.valormed.pt).

Tendo por base a atividade pecuária descrita, a CA considera que estão pelo menos em falta os resíduos classificados com os seguintes códigos LER, devendo este ponto ser reformulado:

- 06 13 01* - Os biocidas são considerados resíduos perigosos (desinfetantes usados na limpeza dos pavilhões);
- 15 01 02 - Embalagens de plástico;
- 15 01 04 - Embalagens de metal;
- 15 01 05 - Embalagens compósitas;
- 15 01 06 - Misturas de embalagens;
- 15 01 10* - Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas, incluindo as embalagens de biocidas;
- 15 02 02* - Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas;
- 15 02 03 - Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02;

- 20 03 04 - Lamas de fossas sépticas (provenientes do sistema de tratamento de águas residuais domésticas constituído por fossa séptica seguido de poço absorvente);
- 20 03 99 - Resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados (são os resíduos indiferenciados ou lixo comum) nomeadamente com origem nas casas de banho e no refeitório onde não são confeccionadas refeições;

Além disso, no âmbito da manutenção dos edifícios, equipamentos, viaturas e espaços verdes considera-se que se afigura expectável a produção de outras tipologias de resíduos pelo que devem vir expressas na documentação.

No **ponto 5.7.1.1** relativo à prevenção de contaminações (pontos-chave) transmitida pelo ambiente, é feita referência de que ao redor do local das instalações existe uma vedação de segurança com um portão, contudo em visita efetuada à exploração pela DRAG em 30/03/2017 foi verificado que a mesma era inexistente, pelo que o indicado não corresponde à realidade.

Parte 7 e 8 – Identificação e Avaliação de Impactes e Medidas mitigadoras e/ou compensatórias

Para o descritor ecologia (ponto 7.6.1) é indicado que *“os impactes resultantes da ampliação do projeto, estão relacionados com a destruição do habitat natural, nomeadamente com a afetação da fauna e flora existentes no local e áreas adjacentes. Contudo, as novas instalações da Saiprossem já se encontram construídas e em funcionamento, pelo que, para a avaliação dos impactes foram consideradas as fases de exploração e desativação do projeto”*. Contudo nos pontos 7.6.2. e 7.6.3 são enumeradas as ações inerentes à fase de construção dos pavilhões E e F que poderão eventualmente provocar impactes para a fauna e flora presente no local de estudo, o que contradiz a parte inicial.

Para o descritor da qualidade do ar (ponto 7.9) é indicado que a licença ambiental estipula os valores limite de emissão para os parâmetros amoníaco (NH₃), metano (CH₄) óxidos de azoto (N₂O) e partículas (PM10), contudo esta afirmação está incorreta, uma vez que tais valores correspondem ao estipulado no âmbito do Registo Europeu das Emissões e Transferência de Poluentes (PRTR), cujos valores servem de orientação para o reporte à Comissão Europeia, no cumprimento da Convenção de Aarhus, com o objetivo de apenas disponibilizar informação ambiental ao público, não originando qualquer tipo de penalização para a instalação.

4.1.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT como documento necessário e representativo do EIA na fase de Consulta Pública, deverá conter as alterações mencionadas no presente parecer, ou seja, deverá ser apresentada uma nova versão tendo em conta também o estipulado no artigo 36.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.

4.2 – Licenciamento Ambiental - LA

4.2.1 – Formulário de licenciamento ambiental

Verifica-se que os dados apresentados no presente pedido de renovação dizem respeito a 2015, contudo, tendo o mesmo sido entregue em abril de 2017 na Entidade Licenciadora, a CA considera que os dados deveriam ser relativos a 2015/2016, traduzindo a realidade atual.

É ainda de salientar que de acordo com os dados e observações efetuadas no EIA, verifica-se que os campos do formulário são preenchidos não com os dados atuais, mas com os dados esperados obter quando os pavilhões E e F que se encontram em fase de projeto, estiverem construídos, contudo em parte alguma do formulário é efetuada tal observação, depreendendo-se que seriam relativos ao ano inicialmente indicado no 1º campo do formulário (2015).

Parte A – Informação Geral

A6 – Equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa e fluídos frigorigéneos

Nos **Quadros QA6.1 e QA6.2** estão em falta os dados relativos ao nº de referência, carga de gás fluorado e data de instalação do equipamento, pelo que o quadro deverá ser completado.

A8 – Informação para Emissão de Título de Utilização de Recursos Hídricos

No **Quadro QA9.2** são identificados três pontos de descarga para o solo, nomeadamente ES1, ES2 e ES3, onde atendendo à descrição efetuada dos mesmos, verifica-se que todos estes tratam apenas águas residuais domésticas, não sendo assim correto para o ponto ES2 e ES3 o tipo de origem ser denominado DI

(doméstico + industrial). Verifica-se ainda que as águas residuais afluentes a cada um destes pontos são tratadas por uma fossa séptica seguida de poço absorvente.

A CA considera que é expetável a produção de lamas de fossas sépticas, pelo que no quadro da **alínea b) da Ficha FA9.4** deverá constar o código LER 20 03 04, e respetiva quantidade.

Parte B – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

B1 – Consumos

A CA questiona se é efetuada a recolha de águas pluviais de alguns pavilhões para utilização em lavagens. Em caso afirmativo deverá ser adicionada tal origem no **Quadro QB1.1**, solicitando-se o preenchimento dos restantes campos. No que respeita à água da rede, a CA solicita a apresentação do valor relativo ao consumo médio diário.

Uma vez que a **Ficha FB1.3** não foi preenchida, solicita-se confirmação se a água utilizada para o abeberamento das aves não é sujeita a qualquer tratamento, por exemplo, desinfecção com hipoclorito de sódio. Em caso afirmativo a ficha em causa deverá ser apresentada. Caso a água seja monitorizada antes e após tratamento, deverá igualmente ser preenchido o quadro da **Ficha FB1.2**.

Na pág. 17 do EIA é indicado que a água da rede é encaminhada para um reservatório de 7,5 m³ que possui um sistema hidropressor para garantir a adequada distribuição pelos pavilhões, sendo que cada pavilhão possui um depósito que varia de 500 litros no pavilhão 5 e 2000 litros nos pavilhões mais recentes. É de salientar que esta informação não é referida em parte alguma do pedido de licenciamento ambiental, pelo que a mesma poderia ter sido apresentada em rodapé do Quadro QB1.1. Caso se trate de água previamente tratada, a informação deveria constar no 2º quadro da Ficha FB1.3.

B2 – Produção de energia

No **Quadro QB2.1** não é indicado qualquer valor de capacidade de armazenamento de gasóleo, incluindo para o gerador de emergência, pelo que se solicitam esclarecimentos.

B3 – Matérias-primas

No **Quadro QB3.1** ficou em falta a inclusão dos dados relativos aos combustíveis utilizados na instalação, nomeadamente o gás butano e o gasóleo.

A CA questiona se o armazém onde são colocados os depósitos de desinfetantes, possui bacia de retenção de líquidos, devendo em caso afirmativo, ser indicada a respetiva capacidade (m³).

B6 – Emissões para a atmosfera

Solicita-se indicação do nº de aquecedores utilizados nos pavilhões e respetivas potencias térmicas (KWt), e quantos são utilizados ao mesmo tempo por pavilhão.

B7 – Resíduos gerados na instalação

Atendendo à atividade desenvolvida, a CA equaciona a possível produção dos seguintes resíduos, não listados nos **quadros do capítulo B7**:

- 06 13 01* - Os biocidas são considerados resíduos perigosos (desinfetantes usados no tratamento água abastecimento e na limpeza dos pavilhões);
- 15 01 04 - Embalagens de metal;
- 15 01 05 - Embalagens compósitas;
- 15 01 06 - Misturas de embalagens;
- 15 01 10* - Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas, incluindo as embalagens de biocidas;
- 15 02 02* - Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas;
- 15 02 03 - Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02;
- 20 03 04 - Lamas de fossas sépticas (provenientes do sistema de tratamento de águas residuais domésticas constituído por fossa séptica seguido de poço absorvente);
- 20 03 99 - Resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados (são os resíduos indiferenciados ou lixo comum) nomeadamente com origem nas casas de banho e no refeitório onde não são confeccionadas refeições;
- No âmbito da manutenção dos edifícios, equipamentos, viaturas e espaços verdes afigura-se expetável a produção de outras tipologias de resíduos pelo que devem vir expressas nos referidos quadros;
- Existindo solos contaminados acidentalmente, deverão constar dos referidos quadros.

Os **Quadros QB7.3 e QB7.4** devem ser reformulados de acordo com os dados inseridos nos Quadros QB7.1 e QB7.2, alertando-se para o facto de que devem obedecer às normas técnicas de armazenamento referidas no artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2911/A, 16 de novembro.

A CA solicita descrição completa dos locais de armazenamento temporário identificados como PA1 e PA2, bem como envio de fotos ilustrativas.

4.2.2 – Anexos

Parte A – Informação Geral

Anexos AN1.3: Certidão de aprovação de localização – no anexo é apresentado o alvará de autorização de utilização n.º 7/16 para três pavilhões, contudo estes não estão identificados, pelo que se solicita a respetiva identificação. Verifica-se ainda que as áreas apresentadas não coincidem com as áreas apresentadas em outros documentos do EIA (pág. 8 do relatório técnico) e pedido de licenciamento ambiental (pág. 3 do Anexo 1.15 – memória descritiva), pelo que se solicitam esclarecimentos.

No presente anexo deverão ainda ser apresentados os comprovativos de licenciamento dos restantes pavilhões os quais estão em fase de licenciamento pela Câmara Municipal, salientando-se que o envio de tais documentos é de elevada relevância para o desenrolar dos procedimentos que se encontram a decorrer.

Anexo AN1.15: Memória descritiva – O anexo deverá ser completado, devendo ser adicionadas as seguintes informações:

- Identificação das viaturas e dos equipamentos usados na limpeza dos pavilhões, bem como dos silos de ração, a descrição da metodologia usada na limpeza destes equipamentos, e o destino dos resíduos resultantes da limpeza das viaturas e equipamentos;
- Indicação de como é efetuado o transporte do estrume para fora da exploração e respetivas condições do meio utilizado, se este é efetuado pela Saiprossem ou pelos agricultores a quem é entregue, a que explorações agrícolas têm sido entregues e se nestas é efetuado o seu armazenamento para maturação ou aplicado no solo após receção.

Anexo AN1.18: Resumo não técnico - como documento necessário e representativo do licenciamento ambiental na fase de Consulta Pública, deverá conter as alterações mencionadas no presente parecer, quer as relativas ao formulário, quer dos anexos, devendo ser apresentada uma nova versão, e em separado dos restantes elementos de modo a facilitar a consulta pelo público interessado.

Parte A8 – Informação para emissão de Título de Utilização de Recursos Hídricos

Anexos AN2.7 e AN2.21: Método utilizado e justificação da sua utilização na obtenção de cada um dos valores dos parâmetros referidos e respetivos relatórios de monitorização e método utilizado e justificação da sua utilização na obtenção de cada um dos valores que caracterizam as águas tratadas e respetivos relatórios de monitorização – julga-se ser dispensada a inclusão destes anexos quanto à justificação de valores, uma vez que a Saiprossem não faz qualquer tipo de monitorização às suas águas residuais (de cariz doméstico), sendo assim não detêm valores que caracterizem as suas águas residuais tratadas.

Anexo AN2.22: Implantação da linha de tratamento à escala 1:200 e 1:500 – o anexo em causa não apresenta legendagem, pelo que se solicita o envio.

Anexo AN2.23: Dimensionamento devidamente justificado dos órgãos que compõem a linha de tratamento e respetivos desenhos à escala adequada – não é apresentado o dimensionamento individual para cada uma das fossas sépticas, mas apenas um quadro com os vários dimensionamentos consoante o n.º de e.p., pelo que se solicita o envio.

Anexo AN2.26: Justificação da não monitorização de águas residuais descarregadas - sugere-se que seja retirada a fundamentação dada no último parágrafo, nomeadamente que “*não existem pontos de amostragem justifica que não haja a sua monitorização*”, isto porque o facto de não existirem pontos de amostragem não justifica a não monitorização, em que se esta for exigida pela entidade licenciadora, será necessário que impreterivelmente existam pontos de amostragem.

Anexo AN2.30: Implantação, a escala não inferior a 1:2000, contendo a totalidade das redes de drenagem externas, localização dos pontos de descarga de águas residuais, tratadas ou não, e localização dos sistemas de tratamento - não é possível distinguir as diferentes redes de drenagem, bem como a localização dos sistemas de tratamento e a localização dos pontos de descarga de águas residuais, pelo que o anexo deverá ser retificado.

Anexo AN2.31: Diagrama esquemático contendo a informação solicitada, diferenciando-a pela cor e tipo de traço – o anexo em causa não está em consonância com o descrito no Quadro QA9.2, uma vez que para o ponto ES2 as descargas indicadas no anexo são referentes a lavagens e Serviços Administrativos, enquanto no Quadro QA9.2 não é feita referência às lavagens. De igual forma, para o ponto ES3 as providências indicadas no Quadro QA9.2 são referentes a Serviços Administrativos + Outros (lavagens), não sendo possível evidenciar as águas residuais provenientes da Incubação, como é indicado no presente anexo, pelo que solicitam-se esclarecimentos e as respetivas correções (quadro e /ou anexo).

Parte B – Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

Parte B1 a B4 – Consumos, produção de energia, matérias-primas e gestão de riscos

Anexo AN3.7: Comprovativos do licenciamento dos tanques de combustíveis – é apresentado o certificado n.º 23/2005 datado de 25/10/2005, relativo a um tanque de GPL cuja capacidade total é de 4480 litros, contudo no Quadro QB2.1 é indicado tratar-se de 2,5 toneladas, pelo que se solicitam esclarecimentos. Além disso o certificado indica que o reservatório deverá ser submetido a inspeção intercalar até 18/05/2011, onde a não realização da inspeção aprovativa, até à data referida, implica a caducidade do certificado, pelo que se solicita o comprovativo de realização dessa inspeção. Salienta-se ainda que o certificado é válido até 18/05/2017, pelo que deverá ser apresentado novo documento.

Anexo AN3.8: Fichas de dados de segurança – deverão ser apresentadas as fichas de dados de segurança relativas aos combustíveis utilizados na exploração, nomeadamente gás butano e gasóleo, bem como do Aldekol des03 uma vez que o documento apresentado não corresponde ao solicitado.

Anexo AN3.10: Estudo de risco – a CA considera que o estudo de risco apresentado está muito sucinto, não dando resposta aos vários itens solicitados na parte B4 – Gestão de Riscos, pelo que o mesmo deverá ser reformulado tendo por base os seguintes pontos:

- A justificação da não aplicabilidade do regime de prevenção de acidentes graves (PAG);
- A escolha de tecnologias que permitam evitar ou reduzir o uso de aparelhos ou produtos perigosos;
- As condições de armazenagem, movimentação e utilização de produtos inflamáveis, tóxicos ou outros perigosos;

- Os riscos de incêndio e de explosão inerentes aos equipamentos e produtos armazenados, utilizados ou fabricados, nomeadamente os inflamáveis, os tóxicos ou outros perigosos;
- Os dispositivos de segurança utilizados nas máquinas e equipamentos em que existe risco para o ambiente;
- Medidas de segurança e higiene industrial, designadamente quanto ao risco de incêndio e explosão;
- Meios de deteção e alarme das condições anormais de funcionamento suscetíveis de criarem situações de risco;
- Meios de intervenção em caso de acidente;
- Organização da segurança na empresa, incluindo os procedimentos escritos, tendo em vista reduzir os riscos de acidentes e as suas consequências.

Parte B7 – Resíduos gerados na instalação

Anexos AN5.2 e 5.4 – Comprovativos do licenciamento das empresas gestoras de resíduos perigosos e não perigosos – foram apresentados os alvarás dos operadores de gestão de resíduos, contudo apenas era solicitada listagem com a indicação de tais operadores e referência ao número dos respetivos alvarás.

Anexos AN5.6 – Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos – A CA considera que o anexo está muito incompleto pelo que deverá ser reformulado tendo em conta o referido no presente parecer, bem como as disposições aplicáveis constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

Anexos AN5.8 – Justificação da não monitorização dos resíduos gerados – indicam que não são monitorizados por não apresentarem características de perigosidade, nem serem suscetíveis de alteração física/química ou de eluto, contudo esta afirmação está incorreta, até porque na instalação são produzidos resíduos perigosos.

5. DELIBERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, a CA delibera que devem ser introduzidos melhoramentos aos documentos e fornecidos os elementos considerados em falta.

A documentação deverá ser entregue na forma de uma adenda a cada documento, cinco em formato digital e três em suporte papel, devendo unicamente constar a resposta às questões levantadas, os anexos solicitados e que estavam em falta, e as folhas dos anexos e folhas do formulário sujeitas a alterações. No caso dos Resumos Não Técnicos, além dos 3 exemplares em papel deverão ser remetidos mais 5 exemplares de cada documento, nesse formato.

Só após estas correções se considera que podem ficar reunidas as condições para o EIA e o pedido de licenciamento ambiental conterem os elementos mínimos para estar conforme com os requisitos legais mínimos e permitir alcançar os objetivos pretendidos com a Consulta Pública.

Assim, a CA delibera conceder um prazo de **35 dias** úteis, a partir da receção do presente parecer, para a entrega das adendas aos documentos, ficando suspenso o período de contagem do procedimento de AIA e LA até à sua entrega na Autoridade Ambiental (Direção Regional do Ambiente com sede no Faial).

Horta, 5 de maio de 2017

Pe'l'A Comissão de Avaliação

Elisabete Sousa Rego

(Presidente da CA)